

C.EDI - P.I.B.
DATA / 04 / 93
COD. QUD 99050

KANGANG
KEGUARAN
NO R.G.S.

ligia t. l. simonion

KAINGANG E GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL

Texto para série de 'slides' para uso no ensino de 1º Grau.

Lígia T. L. Simonian
Depto. de Ciências
Sociais/CCH/FIDENE
Convênio com PRONASEC

IJUÍ/DEZEMBRO 1982

Para Karinri,
lutador incansável,
in memoriam.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Esta seleção de "slides" se destina ao uso no ensino de primeiro grau. O texto produzido visa orientar o professor nas discussões que terá com os alunos. É apenas um recurso bibliográfico-informativo. Por este motivo não tivemos uma preocupação em precisar os conceitos.

Sendo apenas um recurso para orientar a apresentação dos "slides" o professor deverá adequar a linguagem ao nível da turma.

Caso o professor queira aprofundar seus conhecimentos sobre os indígenas do Rio Grande do Sul poderá consultar os textos indicados na bibliografia ou outros.

A relação dos "slides" bem como a breve descrição da situação retratada pretende situar melhor o professor na sua tarefa de transmissão destes conhecimentos específicos.

a autora.

KAINGANG E GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL

Após longo processo de destruição das populações indígenas via escravização, contágio por doenças, massacres direcionados e violenta exploração da força de trabalho, os Guarani e Kaingang resistiram e sobreviveram no sul do Brasil, em regiões argentinas e paraguaias.

Os Kaingang, hoje mais numerosos em termos populacionais, integram o grupo lingüístico "macro Gê" e os Guarani fazem parte do grupo ou tronco lingüístico "Tupi Guarani."

Kaingang e Guarani ocupam áreas de terras na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que parte significativa dos Guarani sobrevivem em pequenos agregados, deslocando-se de tempos em tempos, atualizando portanto o tradicional nomadismo ou contínuo processo migratório, se estabelecendo em pontos diversos, em ocupações temporárias. Já os Kaingang e alguns grupos de Guarani se mantêm mais restritos às reservas indígenas, áreas de terras discriminadas, sendo algumas demarcadas, no interior do antigo habitat in-

dígena. Mais precisamente em Guarita, Inhacorã, Nonoai, Votouro, Guarani, Cacique Doble, Ligeiro e Carreteiro sobrevivem Kaingang, sob o controle político-administrativo da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Nestas mesmas condições vivem Guarani em Votouro, Guarani, Cacique Doble, Nonoai e Guarita. Existem ainda três aldeias formadas por indígenas Kaingang, mas que não se encontram diretamente sob o domínio da FUNAI: são as aldeias de Iraí, de Pêi-Kâr e Vicente Dutra. Os Guarani, que se mantêm em contínuo processo migratório, têm se estabelecido na região da grande Porto Alegre, no vale do Jacuí, na região das Missões e no litoral Norte do Estado.

Tradicionalmente os Kaingang viviam em áreas de pinhais ou nas bordas dos campos, eram hábeis caçadores e tinham no pinhão um alimento importante na sua dieta. Desenvolveram inclusive processos e técnicas de conservação do pinhão, o que lhes possibilitava a conservação do mesmo para além do período de coleta anual. Coletavam também toda uma série de frutos (guavirova, jabuticaba, cocos, etc...), larvas, mel e toda uma série de raízes e vegetais. A produção agrícola se reduzia a pequenos cultivos de milho e tubérculos.

Já os Guarani inicialmente viviam ao longo das margens dos rios, conforme atestam os levantamentos arqueológicos. Eram agricultores típicos, mas também exímios caçadores, pescadores e coletores. Na sua cultura tradicional destacam-se o fabrico de cerâmica utilitária e a produção de instrumentais rituais.

A perda do controle sobre um habitat rico em elementos alimentares reorienta completamente o modo de vida dos Kaingang e Guarani. São as chamadas frentes de expansão da sociedade brasileira que avançam sobre seus territórios, em diferentes momentos de nossa história. No século XVII destacam-se as incursões de portugueses e espanhóis na busca e apreensão dos Guarani. Por se constituírem numa população menos densa, considerada muito aguerrida e "selvagem", os Kaingang são atingidos em época posterior. Mas em inícios do século XIX estes povos se encontram quase que destruídos ou submetidos a intenso processo de aniquilamento físico e cultural.

O processo de reorientação do modo de vida dos Kaingang e Guarani tem início

com as agressões, escravização e prossegue com a contínua diminuição de seus territórios imemoriais, a destruição do meio ecológico, dos recursos naturais tão importantes para a sobrevivência indígena, tais como os elementos de coleta, matérias primas, as fontes naturais de água, etc.... A perda do poder político e da possibilidade de desenvolvimento sócio-cultural autônomo também é uma decorrência da dominação que a sociedade brasileira e regional efetiva sobre os indígenas e, no caso, sobre os Kaingang e os Guaraní.

Presentemente uma das problemáticas mais cruciais vividas pelos Guaraní e Kaingang no Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorre no resto do país, está vinculada aos territórios e terras indígenas. A política das terras indígenas proposta a nível governamental tem sistematicamente legitimado a expropriação; a nível formal-legal existe uma farta documentação e legislação comprovando a posse imemorial dos indígenas e defendendo seus direitos históricos. Mas ao nível das práticas sociais estes recursos históricos-legais não os têm efetivamente beneficiado.

No Rio Grande do Sul, mesmo após longo processo demarcatório de terras reconhecidas como indígenas, ainda que exíguas, e que se estendeu de 1911 a 1943, o próprio governo do Estado (o interventor Cordeiro de Farias em 1941 e o governador Nelson Jobim, em 1949) avalizou a expropriação das reservas antes demarcadas tendo os indígenas desde então perdido mais de cinquenta por cento das áreas ocupadas e reconhecidas como de seu domínio. Algumas reservas, como as de Caseros, Ventarra, Serrinha, Lagoão, foram em sua totalidade usurpadas aos indígenas e outras tiveram significativa redução de área, como Nonoai, Votouro, Inhacorã, Cacique Doble, Guarani. Muitas glebas ou mesmo reservas não dão segurança aos ocupantes e se encontram à espera de regularização, mas enquanto esta regularização não acontece os indígenas lutam para recuperar terras perdidas ou ainda ocupadas.

O contato intenso entre indígenas Kaingang e Guarani e a sociedade brasileira tem imposto uma transformação quase que radical à cultura indígena. As culturas Kaingang e Guarani incorporaram inúmeros elementos ante as pressões do poder público e e

conômico/político regional e local (diga-se dos fazendeiros, pequenos posseiros ou proprietários, comerciantes, integrantes da classe política, etc...), sendo que a capacidade de recriação e de adaptação dos indígenas é constantemente acionada, demonstrando o dinamismo de suas culturas. Mas estas incorporações e adaptações nem sempre favorecem as comunidades indígenas, vindo a se constituir muitas vezes, em elementos profundamente negativos. A dominação empreendida principalmente pela elite sócio-econômica e política da sociedade brasileira sobre as populações indígenas se encontra na base das transformações culturais ocorridas.

Aos indígenas foi imposta a língua portuguesa, vestimenta, estilos de ocupação do espaço e habitacional, utensílios de uso doméstico e instrumentos de trabalho, o cristianismo, medicamentos químicos, novos produtos alimentares e modos de preparo de alimentos, processos de educação formal (escola), bebidas doces e alcoólicas, etc... Os indígenas também foram submetidos a sistemas de trabalho compulsório e assalariado, neste último caso pago em diárias ou por empreitada. A exploração das terras e do trabalho in

dígena continua no interior das reservas: a FUNAI vem explorando áreas de cultivo com lavouras de trigo e soja, se utilizando muitas vezes do trabalho compulsório, alegando que os resultados das colheitas serão revertidos em benefício das comunidades, o que normalmente não acontece. A exploração da madeira, via instalação de serrarias ou contratos com madeireiras de empresários das proximidades, também é uma prática constante o que limita sobremaneira as possibilidades de desenvolvimento cultural para Kaingang e Guarani. Em Iraí a Prefeitura Municipal se apropriou de extensa área de mato que vinha sendo ocupada desde décadas pelos Kaingang, com vistas à implantação de parque florestal municipal; com esta determinação os indígenas se viram restringidos no direito de usufruto e domínio das terras e recursos naturais, tendo sua produção artesanal, do que dependem para sobreviver, sido duramente atingida. Hoje estes indígenas necessitam adquirir, via transações comerciais, a matéria prima (cipós, taquara...) para o fabrico de cestaria, arcos, flechas, etc..., onerando assim a produção.

As atuais aldeias existentes na

maioria das reservas indígenas localizadas no Rio Grande do Sul são decorrentes de projetos impostos pelo governo do Estado, no século passado, através da Diretoria Geral dos Índios e dos Aldeamentos de Índios e, neste século, pelo Serviço de Proteção Fraterna aos Indígenas (do Estado) ou Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Fundação Nacional do Índio, órgãos federais ou mesmo, no caso de Iraí, pela Prefeitura Municipal/Secretaria de Turismo. A sedentarização compulsória enquanto uma nova realidade facilitou a implantação das vilas e de aldeias em estilo de vilas já que as residências passam a ser alinhadas ao longo de estradas. A possibilidade de rotatividade das residências praticamente foi reduzida a zero - uma prática comum dos Kaingang era a de incendiar a casa assim que alguém viesse a falecer, construindo então nova morada em outro local. Mesmo as roçadas e queimadas necessárias para os cultivos exigiam constantes mudanças. E os Kaingang não tinham por opção morar muito próximos uns dos outros. As casas eram comunitárias na medida em que abrigavam várias famílias, aparentadas e entre si guardavam uma certa distância. Já os Guarani costumavam

conviver em agregados maiores, conjugando num mesmo local várias casas. Hoje, principalmente entre os Kaingang, há muita reserva em relação às proximidades das residências; alegam que contruindo as moradas próximas os conflitos inter-familiares tendem a aumentar - é um porco, uma galinha, um boi destruindo a plantação do outro, ou são conflitos de ordem social política sendo acirrados.

Nas aldeias planejadas pelos órgãos públicos, fica evidente que os indígenas não foram consultados. Assemelham-se a vilas, povoados rurais, normalmente têm ruas traçadas ou as casas estão alinhadas ao longo de estradas estaduais ou federais; há espaço para a administração da reserva, para a escola, salão de baile, igreja. Em determinadas épocas foram construídas instalações para a guarda nacional (século passado) ou para efetivos da brigada militar (nas últimas décadas), em circunstâncias consideradas pelos responsáveis pela política indigenista como muito conflituosas.

Em áreas isoladas e não controladas pela FUNAI os indígenas podem agrupar suas casas conforme interesses familiares, de or-

ganização de trabalho, etc..., com mais liberdade. Na aldeia de Pêi-Kâr, de população Kaingang, os indígenas conseguem seguir com mais liberdade estes padrões.

Mas em Iraí, a população Kaingang ali radicada, se obriga a utilizar casas construídas pela Prefeitura Municipal/Secretaria de Turismo, que impõe um estilo de aldeia circular, com uma construção para uso coletivo no centro; as casas são em geral de taquara cobertas de capim; mas como no verão a população da aldeia aumenta, casas com restos de madeira, papelão e latas são construídas prontamente. Os que ocupam estas casas são acusados de "desleixados"; a exigüidade do espaço ocupado por estes Kaingang e os problemas de saneamento e higiene decorrentes são geradores de doenças, de problemas psicológicos e de relacionamento social. Mesmo por uma rápida avaliação e ligeira observação pode-se concluir que a aldeia de Iraí não passa de uma favela, um pouco atípica porque abriga uma população pobre mas diferenciada, que integra um povo com uma cultura distinta. A Secretaria de Turismo do Município tem afrontado a lei (Lei 6.001/73) ao explorar esta população Kaingang no que se refere ao tu-

rismo; a aldeia, a própria população bem como sua produção artesanal são apontados como "atração turística" em prospectos de propaganda oficial.

Considerando os antigos padrões de transporte de Kaingang e Guarani - que se caracterizam por grandes cestos de taquara, canoas, pinguelas e mesmo longas e incansáveis caminhadas, atualmente se obrigam a uma integração aos transportes rodoviários tais como ônibus, táxis, carroças e em menor escala o uso de animais e em especial, do cavalo. Após o contato, principalmente entre os Kaingang, a utilização do cavalo para montaria e transporte foi bastante generalizada, mas de uns trinta anos para cá deixaram de utilizá-lo em função dos altos preços, não só dos animais mas também do 'trato' e dos cuidados veterinários necessários. No discurso indígena detecta-se inúmeras referências ao fato de terem sido criadores de algumas cabeças de gado bovino, de terem se utilizado do cavalo para montaria, transporte e em alguns casos até para carreiradas, como atestam documentos relativos ao extinto toldo ou reserva de Caseros. Existem também referências às longas jornadas; era comum a mudança temporã

ria de uma reserva para outra; às vezes deslocavam-se em função de uniões matrimoniais ou para visita de parentes. Sinhã Alexandrina, antiga Kaingang de Serrinha, hoje residindo em Nonoai, informou que certa vez sua família saiu em viagem, de Serrinha, para visitar enteados que estavam vivendo em Guarita. Permaneceram na estrada durante três meses; quando os alimentos começavam a escassear se ofereciam para algum trabalho em fazendas, adquirindo então leitões, que abatiam, salgavam a carne e preparavam a banha, da qual era vendida uma parte para aquisição de farinha de milho, dando então continuidade à viagem.

Os Guarani também se deslocavam a longas distâncias, o que o próprio nomadismo ou semi-nomadismo exigia. Nos dias atuais a deterioração do meio ecológico tem impedido em muito esta prática; já não há alimentos para serem coletados; as cercas das propriedades exterminaram as áreas para acampamento e a própria reorientação do modus vivendi, subordinado à presença capitalista, impede viagens mais prolongadas. Quando há possibilidade de fazerem viagens usam normalmente o ônibus, porque são mais rápidas. Mas mesmo

ante a presença de tantos entraves, são os Guarani que mais atualizam as andanças, as longas caminhadas, quer em busca de um novo local para morada ou à procura de melhores mercados para seus produtos artesanais.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos indígenas ao nível do transporte é com relação ao transporte da produção agrícola e de determinados produtos extrativos. Em geral os indígenas se obrigam a pagar fretes a caminhoneiros que moram nas proximidades das reservas ou aldeias; estes fretes têm custo muito alto, pois dependem de toda uma estrutura em termos de combustível e de caminhões ou camionetes; o uso de carroças é reduzido dado seu alto custo bem como a própria manutenção de animais de tração - são poucos os indígenas que têm carroças ou carretas; os kain-gang de Pêi-kâr e os Guarani de Nonoi dispõem de carroças para uso comunitário mas seu uso é bastante dificultado pelo péssimo estado de conservação das estradas, no caso da aldeia Guarani em Nonoi e, pela impossibilidade de passar o Rio da Várzea, no caso da aldeia Pêi-kâr. Nesta aldeia os indígenas continuam carregando as bolsas de produtos às costas, passando o rio em caíque ou mais re-

centemente em uma pequena balsa, que não permite a passagem sequer de carros pequenos. O acesso à esta balsa é precário, tanto no interior do Parque Florestal de Noncai, onde se situa a aldeia como do outro lado do rio, em direção à cidade de Rodeio Bonito.

Em relação à produção agrícola há uma variação muito grande em termos de volume a ser comercializado pelas famílias e mesmo em relação à produção realizada e destinada à subsistência. Observa-se nas reservas e aldeias uma disparidade muito grande em relação ao poder aquisitivo dos indígenas. Encontra-se desde indígenas completamente carentes, marginalizados, que na sociedade capitalista são equiparados a indigentes, até empresários rurais, passando por pequenos produtores de alimentos, artesãos e indígenas que vivem do trabalho assalariado no meio rural ou mesmo funcionários da FUNAI. O processo de diferenciação social típico de uma sociedade de classes se atualiza e se refaz cotidianamente no interior das reservas indígenas do Rio Grande do Sul bem como em aldeias que não se encontram sob o domínio direto da FUNAI. Este processo de diferenciação vem sendo incentivado e imposto desde o contato

por agentes do governo provincial no século passado, bem como por funcionários do governo estadual, do Serviço de Proteção ao Índio e Fundação Nacional do Índio, neste século.

No século passado o governo aliciava indígenas ditos "civilizados" ou "catequizados" para apresar e aldear indígenas que ainda viviam nas matas, os "selvagens". O cacique Doble ficou famoso no Rio Grande do Sul por ter prestado serviços ao governo e recebido soldos (salários). Mas como recompensa também recebeu, em Porto Alegre, roupas contaminadas de varíola, tendo contagiado toda a tribo que assim foi trucidada.

Neste século outras práticas vêm sendo utilizadas para disseminar ao menos a expectativa de ascensão social entre os indígenas e, conseqüentemente, a diferenciação social. Recentemente a FUNAI tem acionado o uso dos empréstimos bancários, via Banco do Brasil, apoiando assim alguns poucos indígenas, ficando os demais na dependência de um apoio insignificante, que não lhes permite a concretização de lavouras que venham efetivamente atender às necessidades das famílias. Em Nonoai, por exemplo, neste último ano (1982) dois in-

dígenas que conseguiram os empréstimos passaram usando os tratores, que em princípio deveriam atender à toda a comunidade, durante um mês; cada um destes indígenas plantaram sô em soja, setenta bolsas de semente, ficando muitas famílias à espera do trator, atrasando assim suas pequenas roças, plantando fora de época, etc.... Como se vê, a própria estrutura da FUNAI se coloca a serviço de grupos minoritários. A FUNAI também tem estimulado o assalariamento entre os próprios indígenas, portanto a exploração de sua força de trabalho, modificando sistemas tradicionais que envolviam auxílio mútuo, como os "mutirões" e o sistema de "troca dia". No mutirão todos os elementos adultos da comunidade ou vizinhança são convidados para trabalhos de roçados, limpeza de planta ou outra tarefa; o dono da roça ou planta oferece a alimentação e a bebida; no sistema de troca dia são os próprios indivíduos que contratam o trabalho - um indivíduo X trabalha um dia ou mais para Y e, posteriormente, Y trabalharia, na mesma proporção para X. Estes são momentos de confraternização e de alegria, além da solidariedade que está implícita em tais práticas.

A comercialização da produção indígena se dá sempre em níveis de subordinação, quer dizer, os indígenas são sobre-explorados ao colocarem seus produtos no mercado. Excepcionalmente recebem o preço padrão; poucos comercializam junto às cooperativas da região. Normalmente se obrigam a entregar sua produção a cerealistas que financiam a alimentação para que as famílias se mantenham no período de preparo de roças e na colheita. Aqueles que vivem do artesanato sofrem a mesma problemática. Como há dificuldade de colocação de seus produtos, normalmente se obrigam a entregá-los por um preço bem reduzido; nos últimos anos, quando necessitam transportar em ônibus a cestaria produzida são obrigados a pagar taxas extras, o que encarece o produto, dificultando as transações comerciais.

Em relação ao trabalho dos indígenas, sua capacidade de produção e de criatividade, normalmente se veicula uma imagem distorcida. É comum e generalizado o preconceito de que os indígenas, tanto os Kaingang como os Guarani, são 'vadios', 'vagabundos' e 'preguiçosos'. Mas ao se entrar em contato mais íntimo com a realidade indígena o que se observa é justamente o contrário. Este precon -

ceito serve apenas para justificar a exploração da força de trabalho indígena, a espoliação de suas terras e a destruição da cultura, no caso, Kaingang e Guarani. Exceção ocorre quando se encontra alguém que reconhece o valor do trabalho dos indígenas. Muito deste preconceito negativo é decorrente de concepções completamente distintas em torno do próprio trabalho: o indígena em geral, e mesmo os que já se encontram em avançado processo de aculturação, entendem o trabalho como meio para sobreviver; já para os integrantes, no caso, da classe dominante da sociedade brasileira, pelo menos em termos de ideologia, o trabalho é entendido como um meio para acumular recursos, capitais, embora se saiba que a acumulação tem como pressuposto a exploração de outrem. Mas esta versão é inclusive imposta àqueles que vendem sua força de trabalho e constituem as classes dominadas nas sociedades capitalistas.

A alimentação indígena hoje depende muito da capacidade e condições de trabalho. Encontra-se famílias sem problemas de acesso a alimentos e outras com grandes carências. Como já foi apontado neste texto

as condições existentes antes do contato com a sociedade brasileira foram totalmente deterioradas: o desbravamento inicial do sertão, a ocupação efetiva dos territórios indígenas pelos invasores-colonizadores, a devastação das matas, os cercamentos das propriedades, a destruição do meio ecológico com envenenamentos, etc... limitaram em muito a sobrevivência indígena. A dependência da produção agrícola, da exploração de madeiras, de lenha, e em alguns casos do trabalho artesanal, é muito grande. Como consequência de safras frustração, das dificuldades de comercialização da produção artesanal ou mesmo da exploração, do baixo preço dos produtos, as condições alimentares são muito precárias; aquém das mínimas necessidades. As doenças como subnutrição, anemia, diarreias, bronco-pneumonia, encontram, conseqüentemente, campo fértil para se alastrarem. As condições de saneamento também não são satisfatórias. Principalmente a água de que se utilizam, em grande parte, é contaminada. Os venenos das lavouras empresariais de soja são responsáveis pelo envenenamento bem como a devastação das matas, responsáveis em grande medida pela extinção das fontes de água.

A FUNAI mantém enfermarias nas

reservas indígenas. Mas em muitas aldeias não há atendimento local; sequer a EVS (Equipe Vo^lante de Saúde) vinculada à Delegacia Regional de Curitiba, subordinada à FUNAI e que de tempos em tempos visitava as aldeias para atendimento médico-odontológico pois teve sua atividade suspensa; ainda que precário esse atendimento era importante ante um quadro de saúde profundamente negativo. Hoje, no Rio Grande do Sul, as enfermarias estão, em tese, subordinadas aos Centros de Saúde do Estado, por convênios firmados entre Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Porto Alegre, e Secretaria da Saúde. Trabalha nas enfermarias um pessoal semi-especializado, denominados auxiliares de enfermagem, tendo a maioria apenas o curso primário e algum preparo em enfermagem; existem também os monitores de saúde, indígenas que recebem algum preparo no trato com medicamentos e enfermidades.

As condições de saúde são precárias ante as péssimas condições alimentares e de saneamento. Doenças contagiosas tais como tuberculose, venéreas, verminose, bem como as doenças bronco-respiratórias não são contidas, quer com tratamento preventivo, quer com tratamento curativo. Os medicamentos utilizados ge

ralmente são da linha CEME (Central de Medicamentos); a medicina tradicional Kaingang entra em franco desuso; em geral, há inclusive desestímulo a seu uso e suas práticas. Já entre os Guarani os tratamentos tradicionais são mantidos. A própria distância das aldeias em relação às enfermarias, da sede dos postos indígenas (unidades administrativas da FUNAI nas reservas) e mesmo dos núcleos urbanos onde estão localizados os hospitais e os postos de saúde, contribuem para que as práticas médicas e terapêuticas guarani não entrem em desuso.

Em relação à educação vem sendo imposto um sistema totalmente alheio às práticas e experiências históricas dos Kaingang e Guarani. Escolas existem em muitas reservas mas grande parte das crianças ainda não são atendidas. O nível do ensino fica aquém das expectativas e o índice de aproveitamento dos alunos é muito baixo. Em momento algum os indígenas foram consultados em relação às suas expectativas em torno do ensino, dos conteúdos a serem ministrados. Existem professores brancos, civilizados, em geral desatualizados do ponto de vista metodológico e em relação aos conteúdos. Há também os monitores bilín -

gües, todos Kaingang, que deveriam se responsabilizar pela alfabetização bilíngüe, mas que em geral atendem a todas as séries da 1.^a a 4.^a séries do Ensino do Primeiro Grau. Nas aldeias guarani não existem escolas e apenas dois monitores bilíngües foram formados; estes monitores darão início a seus trabalhos apenas em 1983. No caso da aldeia de Iraí as crianças indígenas freqüentam as escolas públicas e particulares da própria cidade. Em Pêi-kär, assim como na maioria das aldeias Guarani, não existem escolas e as crianças não frequentam as das proximidades. Em Pêi-kär os indígenas estão lutando para que ali se construa uma escola mas a maioria dos Guarani que vivem fora das reservas não estão no momento interessados em enviar seus filhos à escola, por não perceberem nela "muita utilidade", segundo informações de um Guarani que viveu por muitos anos junto às ruínas de São Miguel.

A vida recreativa dos Kaingang e dos Guarani é bastante rica. Os bailes, os casamentos, as festas de "mesadas", em homenagem aos santos padroeiros (influência do catolicismo popular), a festa do índio (esta imposta pelo SPI e FUNAI), realizada em 19 de abril, merecem destaque. Normalmente festejam

com vestimentas novas, churrasco, de preferência com carne de porco, vinho e cachaça. Em algumas áreas é comum festejar com bolo de milho ralado, feito nas cinzas, normalmente com milho cateto, conhecido desde os tempos antigos. Os Guarani preferem um assado de caça com bolo de milho assado na palha do próprio milho, sem tempero.

Mas atualmente já há muita interferência na vida cultural Kaingang. O futebol é uma presença constante, assim como a presença de conjuntos musicais nos bailes também é uma realidade; o casamento segundo o rito das diversas religiões adotadas - Católica, Assembléia de Deus, Cruzada Nacional, etc... substitui os antigos padrões. E os conflitos em decorrência destas transformações são uma constante. Os mais antigos tendem a propor a manutenção dos costumes, daquilo que caracteriza o ser Kaingang, o ser Guarani. Já muitos indígenas, principalmente os jovens, defendem que a integração é irreversível mas não definem muito bem o que deverá ser mantido (talvez a língua?) para diferenciá-los da população regional, vizinha, pertimindo a manutenção da identidade índia e conseqüentemente o direito à tutela pelo Estado.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- 1 - BROCHADO, José Proenza. O Guarani: O conquistador Vencido. In O Índio no Rio Grande do Sul - Perspectivas. Comissão Executiva de Homenagem ao Índio . Biênio da Colonização e Imigração. Porto Alegre. 1975: 71 - 81.
- 2 - SIMONIAN, Lígia T. L.. Visualização: Estado Domina e Expropria Povo Guarani e Kaingang. Cadernos do Museu nº9. Ijuí Maio 1980.
- 3 - SIMONIAN, Lígia T. L.. Anotações de campo. Inéditas. 1980-82.

RELAÇÃO DOS "SLIDES"

- Nº 01. Apresentação da série de "slides".
- Nº 02. Localização das reservas indígenas no Estado; localização das reservas indígenas por municípios; localização das populações Kaingang e Guarani.
- Nº 03. Os indígenas perdem as terras. Exemplo : a reserva indígena de Inhacorã, no município de Santo Augusto.
- Nº 04. No passado os territórios indígenas eram cobertos de densa mata; dominava a araucária no Sul do Brasil. Pinhal na reserva indígena de Nonoai. Foto de Schilleberger. 1938.
- Nº 05. Ao invadirem os territórios indígenas os brancos levaram consigo a destruição. A devastação da reserva indígena de Votouro. Foto de Ligia Simonian. 1981.
- Nº 06. As matas com seus frutos, a caça em abundância e os rios piscosos são elementos importantes na cultura tradicional dos Kaingang. Mas apenas uma parcela mínima desta realidade permanece. A indústria madeireira destruiu a mata e a po-

luição matou os peixes.

Vista parcial da aldeia Pêi-Kâr.

Foto de Ligia Simonian. 1980.

Nº 07. Os Guarani eram ceramistas; a produção de urnas funerárias e de cerâmica utilitária (panelas, pratos, etc...) ocupa parte do tempo dos Guarani, conforme demonstram as descobertas ao longo dos rios, no Sul do Brasil.

Cerâmica integrante do acervo do Museu Antrop. Diretor Pestana/FIDENE IJUÍ.

Foto: acervo fotográfico do M.A.Dir.Pestana.

Nº 08. Cachimbo usado em rituais e mesmo no cotidiano, pelos Guarani atuais. Produção dos Guarani de Nonoai.

Peça integrante da coleção particular de L.Simonian.

Foto de L.Simonian. 1983.

Nº 09. Destruídas as bases da produção cultural tradicional dos Kaingang e Guarani os indígenas hoje lutam para recuperar as terras perdidas, lutam para manter os espaços que sobraram após longo processo de invasão e apropriação por fazendeiros, colonos e pelo próprio governo do Estado. Além da questão da terra os indígenas

discutem em suas reuniões a política da FUNAI, a exploração econômica de seus produtos, as condições das escolas ou outros problemas que surgem entre eles, no seu relacionamento com os vizinhos, etc...

Aspecto de uma reunião na aldeia Pêi-Kār.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

- Nº 10 A exploração de madeiras no interior das
e 11. reservas tem continuidade; muitas vezes
é assumida pela própria FUNAI, que instala serrarias no interior das reservas ou estimula a depedração pelos próprios indígenas, principalmente no corte da lenha, que recebem pagamentos irrisórios pelo seu produto.

Indígenas Kaingang comercializando lenha na reserva indígena de Votouro.

Serraria junto à reserva indígena de Guarita.

Fotos de L.Simonian, 1981 e 1977 respectivamente.

- Nº 12. A imposição de padrões de habitação e de organização de aldeias é uma realidade nas reservas.

Habitação dos Kaingang de Pêi-Kār.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

- Nº 13. Vista parcial da reserva indígena de Votouro. Observe a forma de vila dada à organização do espaço e a forma das casas mandadas construir pela FUNAI.
Foto de Ligia Simonian. 1975.
- Nº 14. Aspecto da aldeia de Iraí. Os Kaingang ali radicados foram agrupados pela Prefeitura Municipal que planejou e construiu a aldeia. Amontoados os indígenas vivem em péssimas condições de saneamento e higiene e sequer contam com água potável, apesar de se encontrarem a poucos metros da fonte mineral e de um balneário para tratamento de saúde.
Foto de Ligia Simonian, 1977.
- Nº 15. Habitação de "pau-a-pique" coberta de capim santa fé, em Votouro. Morada de indígenas Kaingang.
Foto de Ligia Simonian. 1981.
- Nº 16. No passado os indígenas transportavam tudo às costas em grandes cestos, as crianças presas por um "tiã", tira de embira apoiada na testa.
Mulher Kaingang carregando seu filho. No noai.
Foto de Ligia Simonian. 1982.

Nº 17. Atualmente no entanto se utilizam de ônibus, táxis, caminhões para transportar sua produção, para se locomover . Mas o cesto de taquara ainda é muito útil.

Kaingang comercializando e transportando lenha em Votouro.

Foto de Ligia Simonian. 1981.

Nº 18. O uso de caíques em Pêi-Kâr é uma necessidade cotidiana. Para chegar à aldeia precisam cruzar o Rio da Várzea.

Foto de Lígia Simonian. 1981.

Nº 19 Por outro lado o carregamento de mantimentos, sementes, produtos em pequenas quantidades faz parte do dia a dia dos Kaingang e Guarani.

e 20. Kaingang transportando sementes após o cruzamento do Rio da Várzea, em Pêi-Kâr.

Foto de Ligia Simonian. 1981.

Guarani e Kaingang transportando sementes em Nonoai.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

Nº 21. As longas caminhadas do passado são substituídas pelo uso do ônibus, do automóvel, ambos mais rápidos. Mas ainda hoje os deslocamentos a pé ainda

persistem.

Mulheres Kaingang ao longo de uma estrada em Nonoai. Observe o albinismo da mulher Kaingang que está localizada a esquerda. Os albinos desta reserva indígena não sofrem qualquer tipo de discriminação; são aceitos normalmente pela comunidade.

Foto de Ligia Simonian. 1981.

- Nº 22 Os Kaingang e os Guarani são hoje produtores de alimentos de origem agrícola -
e 23. cultivam feijão, milho, legumes, um pouco de arroz, sendo que alguns também cultivam a soja. Outros produtos são cultivados, como o arroz, o amendoim, a batata doce, mas pouco representam no total da produção.

Indígenas Kaingang preparando a terra em Votouro.

Fotos de Ligia Simonian. 1981.

- Nº 24. Guarani de Votouro segurando um feixe de feijão colhido para o preparo da refeição.

Foto da Ligia Simonian. 1981.

- Nº 25. Vista parcial de uma roça de soja, preparada coletivamente pelos Kaingang de Votouro.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

Nº 26 O trabalho coletivo vai, no entanto, sen
e 27. do aos poucos desestimulado. A própria
FUNAI tem acionado mecanismos neste sen
tido; a busca de financiamentos junto
aos bancos para utilização de indiví-
duos e não pela comunidade é um dos me-
canismos agilizados. Mas os indígenas
têm sabido reagir. Em Pêi-Kār, por exem-
plo, a prática de trabalhos coletivos
tem continuidade.

Indígenas Kaingang de Pêi-Kār se deslo-
cando para uma roçada.

Fotos de Ligia Simonian. 1982.

Nº 28. Kaingang malhando feijão com manguá.
Aldeia Pêi-Kār.

Foto de Ligia Simonian. 1983.

Nº 29, A sociedade brasileira, como muitas ou-
30 tras, desenvolveram uma série de precon-
e 31. ceitos, estereótipos em relação a capa-
cidade de trabalho dos indígenas. E com
um objetivo muito claro, muito explíci-
to - o de explorar a força de trabalho
e os produtos dos indígenas. Neste sen-
tido, quando assalariados são explora-
dos, quando colocam seus produtos no
mercado também recebem menos. Mas é no

cotidiano das reservas que se observa o quanto enganosa é a concepção de que o indígena não é dado ao trabalho.

Mulher Kaingang produzindo cestaria em Iraí.

Foto de Ligia Simonian. 1977.

Mulher Kaingang produzindo cestos em acampamento, nas periferias de cidades.

Foto de Ligia Simonian. 1983.

Mulher Kaingang debulhando milho para o preparo de alimentos.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

- Nº 32. Muitas vezes para comercializar sua produção artesanal os indígenas necessitam se deslocar a longas distâncias. Seguidamente montam acampamentos nas periferias das cidades ali, permanecendo por semanas ou meses.

Kaingang de Votouro acampados na periferia de Chapecó-SC.

Foto de Ligia Simonian. 1983.

- Nº 33. Mulher artesã comercializando cestos produzidos com cipó-guaimbé, junto à estrada, em Nonoai.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

- Nº 34. O alimento é para todos, este é um princípio que orienta a vida dos Kaingang e

Guarani. As refeições coletivas também é uma prática comum, principalmente quando os mutirões ou "troca dia" são acionados por ocasião das épocas de plantio ou colheita.

Mulher Kaingang preparando almoço para os trabalhadores que regressarão do roçado. Aldeia Pêi-Kār.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

Nº 35. Por ocasião das festas de casamento, festas em homenagem aos "santos" o churrasco é cuidadosamente preparado. Churrasco em Pêi-Kār, por ocasião da mesada oferecida a São Roque. Na mesada todos os membros da comunidade contribuem com alimentos. Nas refeições das mesadas as crianças, os "inocentes", são servidos com fartura, em primeiro lugar.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

Nº 36 e 37. Por ocasião das reuniões de trabalho, para discussão política, também são providenciadas refeições coletivas, principalmente em épocas de safra, por tanto de abundância de alimentos.

Em Pêi-Kār os Kaingang carneiam um porco para o almoço. As mulheres dão sua

contribuição transportando água, limpando as vasilhas, ajudando a servir os alimentos.

Fotos de Ligia Simonian. 1982.

Nº 38. Em geral quando fazem churrasco de carne de porco os Kaingang aproveitam a banha, fritando primeiramente a carne em um tacho.

Na foto os indígenas retiram a carne frita do vasilhame.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

Nº 39 Mas as condições alimentares dos indígenas no Estado em geral não são satisfatórias; conseqüentemente as condições de saúde também deixam a desejar. A abertura de estradas no interior das reservas abrem flancos para o contágio de doenças bronco-respiratórias, venéreas, doenças de pele e outras.

Estrada estadual no interior da reserva indígena de Votouro.

Indígenas selecionando lixo em Guarita
Fotos de Lígia Simonian, de 1981 e 1975, respectivamente.

Nº 41. A imposição de valores, de modos de ser, é uma realidade entre os indígenas.

Consequentemente sua cultura foi modificada apesar da resistência indígena com vistas a manutenção de elementos culturais. A escola é uma destas imposições. Mas nem todos os indígenas recebem instrução formal. Em algumas escolas o ensino bilíngüe é ministrado. Kaingang na escola da reserva indígena de Inhacorã. A criança loira é filha de um funcionário da FUNAI.

Foto de Lígia Simonian. 1975.

- Nº 42. Qualquer situação pode ser fonte de brincadeiras, entretenimento entre os indígenas. Ao mesmo tempo, por exemplo, em que participam de um almoço coletivo os indígenas brincam entre si. Kaingang em Pêi-Kâr.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

- Nº 43 A música é muito valorizada entre os
e 44. indígenas. As festas com danças são frequentes entre eles.

Kaingang de Pêi-Kâr tocando acordeão.

Foto de Ligia Simonian. 1982.

Harpa. Produção artesanal dos Guarani de Guarita. Esta peça integra o acervo do Museu Antrop. Diretor Pestana.

Foto de Ligia Simonian. 1983.

Nº 45. As crianças normalmente participam de todas as festas e dançam nos bailes. Não são portanto discriminadas.

Nº 46. O futebol hoje faz parte da vida nas reservas. Os indígenas inclusive organizam times e torneios. Esta atividade tem se constituído nos últimos anos, em um mecanismo mais negativos de integração entre os indígenas e populações vizinhas, sendo inclusive incentivado pela FUNAI.

Aspecto de uma partida de futebol entre indígenas de Guarita e um time proveniente de Ijuí.

Foto de Danilo Lazzarotto. 1978 (do acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana).

Nº 47 A presença das igrejas no interior das
e 48. reservas indígenas é uma constante. O proselitismo religioso tenta aliciar os indígenas para as mais diversas crenças e seitas. Mas a cultura tradicional religiosa resiste muito. A presença dos "cuiã" entre os Kaingang e dos "pai" entre os Guarani (espécies de "padres", curandores, xamãs). É uma realidade nos dias atuais.

Igreja Católica construída recentemente na aldeia de Pinhalzinho em Nonoai.

Uma "cuiã" Kaingang de Nonoai.

Fotos de Ligia Simonian. 1982.

Nº 49. Nos tratamentos de doenças além da ação do xamã os indígenas também buscam o apoio nos curandeiros.

Kaingang benzendo uma criança na aldeia de Iraí.

Foto de Ligia Simonian. 1976.

Nº 50. A afetividade entre os indígenas é muito desenvolvida. Raramente se observa um adulto insultando ou batendo em uma criança. A criança é muito valorizada entre os indígenas e não se encontra entre eles "menor abandonado".

Mãe Kaingang e seus filhos. Nonoai.

Foto de Ligia Simonian. 1978.

Nº 51. Os idosos ocupam parte de seu tempo cuidando das crianças, lhes contam histórias dos antigos, lhes ensinam a trançar, preparar arcos e flechas para brincar, etc...

Kaingang de Péi-Kār.

Foto de Ligia Simonian. 1975.

- Nº 52. Espaços coletivos são usados para brincadeiras comuns. Aldeia de Iraí.
Foto de Ligia Simonian. 1975.
- Nº 53 As crianças mesmo já bem crescidas estão
e 54. sempre junto à mãe, que nunca lhe nega
o seio para amamentar.
Mães Guarani com seus filhos junto de
si. Reserva Indígena de Guarita.
Fotos de Ligia Simonian. 1980.
- Nº 55. Os Kaingang e Guarani, que já lutaram
e continuam lutando para defender seus
direitos projetam um futuro melhor para
seus filhos.
Kaingang em defesa da terra, em Nonoai.
Foto de Ligia Simonian. 1978.
- Nº 56. Kaingang no centro da cidade de Rodeio
Bonito.
Foto de Ligia Simonian. 1980.
- Nº 57. Kaingang na aldeia de Votouro.
Foto de Ligia Simonian. 1981.
- Nº 58. Indígena Kaingang com o filho mestiço
de Kaingang/Guarani. Reserva Indígena de
Votouro.
Foto de Ligia Simonian. 1975.

Nº 59 Indígenas Guarani de Cacique Doble, a-
e 60. tualmente morando em Ibirama/SC.
Fotos de Ligia Simonian. 1982.

.....

Capa: Jader Teixeira

Datilografia: Noeli Gall Bauer

Ivana Marisa Felipin

Impressão : Edson Geraldo Prestes

: Luiz Roberto Ribeiro

: Ademir Alberto Guse

1982, FIDENE

Rua São Francisco, 501

98700 - Ijuí - RS

Brasil